

O DEBUTE DO BOLETIM REGIONAL, URBANO E AMBIENTAL ¹

No aniversário de quinze anos deste boletim, não poderíamos deixar de lembrar alguns momentos marcantes da sua trajetória até a efeméride atual. Publicada em dezembro de 2008, a primeira edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* trouxe artigos sobre algumas das principais questões relativas à sua temática presentes no debate público nacional. As palavras do então editor da publicação sintetizam as expectativas com o periódico naquele momento: “a questão regional e urbana ocupa um importante espaço dentro de uma perspectiva do desenvolvimento de longo prazo. (...) a Dirur se vê diante do compromisso de elaborar, editar e divulgar semestralmente um boletim que absorva tais questões”.

Contando com as capacidades de pesquisa até então desenvolvidas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a primeira edição foi composta por artigos sobre reforma fiscal, custos de criação de novos estados e imposto territorial, que figuravam ao lado de textos sobre assuntos regionais e urbanos propriamente ditos, como planejamento e política regional, crescimento das cidades médias, plano diretor, bem como temas relacionados ao meio ambiente, como governança ambiental, saneamento básico, entre outros títulos. Em sua estrutura organizacional, a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) sempre buscou expressar a diversidade de áreas temáticas que lhe caracteriza. As contribuições de cada uma dessas áreas promoveram uma multiplicidade significativa de assuntos abordados nas sucessivas edições do boletim.

É importante destacar que, na época da criação do boletim, a discussão sobre desenvolvimento ambientalmente sustentável já havia se tornado foco de atenção para as políticas públicas no Brasil e no mundo. Assim, já em sua segunda edição, apresentavam-se ensaios sobre temas candentes no debate governamental, como licenciamento e valoração ambiental, mineração em solo amazônico e o projeto de transposição do rio São Francisco. Ainda sobre a questão ambiental, a quarta edição, publicada em julho de 2010, foi lançada como o primeiro boletim temático, em que todos os artigos refletiam sobre as mudanças climáticas e suas implicações no Brasil. Outro número temático do boletim relacionado ao meio ambiente veio a ter lugar na sétima edição, publicada em junho de 2013.

Em dezembro de 2011, os temas relacionados ao espaço urbano tiveram, pela primeira vez, uma edição temática. Nesta, foram publicados ensaios sobre características do mercado imobiliário e dos domicílios brasileiros, assim como textos sobre avaliação e monitoramento de políticas urbanas, como as operações urbanas, o programa Minha Casa, Minha Vida,

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30edit>

mobilidade urbana e transportes públicos. Ao longo das subseqüentes edições do boletim, outros temas urbanos se fizeram presentes, como a governança nas metrópoles, os assentamentos precários, os indicadores de vulnerabilidade social, entre outros.

As questões agrárias marcaram presença na edição temática de número 8, publicada em dezembro de 2013. Os trabalhos mostraram o grau de complexidade do assunto e suas relações com os fatores climáticos e a qualidade da terra, com rebatimentos na produção e produtividade. Outro momento de destaque para essa área foi a edição número 23, publicada em 2021, a qual trouxe um conjunto de textos sobre as políticas voltadas para o setor agropecuário. Nessa edição, foram abordados artigos relacionados a agricultura familiar, censo agropecuário, diversidade produtiva, entre outros assuntos.

Em dezembro de 2014, na décima edição, as políticas de desenvolvimento regional tiveram espaço temático no boletim com foco na abordagem de arranjos produtivos locais (APL) em diferentes setores. Porém, foi na 11ª edição, publicada em junho de 2015, que a questão regional em sentido amplo foi tratada em um número temático do boletim, abordando, inclusive, a experiência de políticas regionais em países de América Latina, Caribe e Europa.

Em 2016, o boletim teve seu formato alterado em relação às edições anteriores. A partir da 13ª edição, lançada naquele ano, o boletim passou a se estruturar em quatro seções: *Ensaio*, *Opinião*, *Notas de pesquisa* e *Indicadores*. A seção de indicadores pretendia acompanhar uma série de dados regionais, urbanos, federativos e ambientais.

Antecedendo a atual, a 29ª edição, lançada em junho deste ano, foi composta de trabalhos relacionados ao tema do saneamento básico no Brasil, que analisaram aspectos importantes das mudanças regulatórias em andamento, além de oferecerem um registro histórico sobre o tema.

E, enfim, chegamos a esta *Edição Especial*.

Aqui, reunimos artigos que sintetizam estudos do Ipea sobre temas fundamentais para os debates sobre as políticas territoriais do Brasil na atualidade. Os ensaios formam um quadro de múltiplas dimensões do espaço brasileiro e, por meio dessa base territorial comum, permitem vislumbrar as inter-relações entre as políticas públicas em suas diversas escalas e temas.

A seção *Opinião* abre os ensaios com um artigo da professora Liana Carleial, uma das fundadoras deste boletim, lançado na época em que foi diretora do Ipea. A autora põe em foco as desigualdades regionais, percorrendo sua formação histórica a partir da conformação da estrutura produtiva nacional e problematizando os rumos atuais dessa dinâmica. Ao contrário da agenda urbana, a pauta regional não teria alcançado espaço relevante no debate público recente, sendo necessário, portanto, colocar em evidência o tema das políticas regionais orientadas para o desenvolvimento econômico com maior equidade social e sustentabilidade ambiental.

Em seguida, o artigo 1, de Aristides Monteiro Neto, aborda a própria política regional observada no período recente, apontando a interação entre políticas públicas regionais explícitas e implícitas como essencial para se entender as transformações territoriais das últimas duas décadas no país. Ainda que não especificamente regionais (embora sejam políticas regionais *implícitas*), as políticas de saúde, educação e previdência social tenderiam a ser virtuosas no sentido de redução das desigualdades e teriam dado enorme contribuição

para a efetividade e o maior alcance das políticas regionais explícitas. Nesse artigo, o autor lembra que um grande desafio da política regional do nosso tempo é o de superação da reprimarização da economia brasileira, processo caracterizado, de um lado, pela continuidade da perda de relevância da indústria na estrutura produtiva nacional e, de outro lado, pela expansão acelerada de setores agrominerais para exportação. Considerada essa disjuntiva, a política regional deveria reorientar suas estratégias e seus objetivos no sentido de apoiar transformações na composição setorial pelo fomento de atividade de maior valor agregado e complexidade produtiva, visando colocar o país em posição de expansão continuada de seus níveis de renda *per capita*. Esses dois ensaios panorâmicos são acompanhados por artigos sobre tópicos importantes para as políticas territoriais, distribuídos ao longo do boletim, sobre os temas do federalismo, dos fundos constitucionais e das metodologias para a estimação do produto interno bruto (PIB) regional.

O debate sobre a emergência do Centro-Oeste, com seu recente dinamismo econômico impulsionado pelo setor agropecuário, responsável pelo crescimento de muitas das cidades médias nas últimas décadas, à medida que avança sobre as regiões de cerrados e áreas de populações tradicionais, mostra-se presente para nos lembrar das características estruturais positivas e negativas do crescimento de uma grande região de fronteira de recursos naturais. Região essa, inclusive, que se apresenta ora como grande produtora de grãos exportáveis para o mercado mundial e de desejáveis divisas cambiais, ora como voraz consumidora de terras virgens, de depósitos de água para irrigação, da biodiversidade regional e, ainda, como forte demandadora de recursos públicos para dotação de infraestruturas logísticas sem a correspondente capacidade de geração de tributos.

Adicionalmente, esta edição também traz artigos sobre outro espaço rural, que é aquele onde se desenvolve a agricultura familiar, que, como se sabe, tem forte presença no Nordeste do país, assim como artigos sobre as políticas públicas de segurança alimentar e promoção da agroecologia, mostrando a sua importância para o alcance de objetivos de redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável.

Lugares extraordinários também são visitados nesta edição. Um deles é o Vale do São Francisco, símbolo mitológico do semiárido nordestino, abordado no ensaio sobre a trajetória do audacioso projeto de transposição, de importância regional incontestável. Outro lugar especial é introduzido no ensaio sobre as regiões de fronteiras do Brasil, repleta de povos originários, florestas e crimes internacionais (cenário de inspiração para a literatura latino-americana), e para as quais recentemente foram criados programas específicos.

A dimensão do meio ambiente se amplia na publicação por meio do ensaio sobre os serviços sistêmicos da biodiversidade, trazendo uma outra linguagem, a da *bio*, imprescindível para os debates sobre as políticas territoriais contemporâneas. As políticas nacional e estadual de recursos hídricos também estão presentes no ensaio que relata a parceria do Ipea com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com o recorte territorial das bacias hidrográficas do país.

E, finalmente, voltamos à cidade. O espaço urbano se apresenta na medida em que as condições de vida da população são o foco dos ensaios. O ensaio sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) põe em evidência os problemas da vida cotidiana não captados diretamente pela renda da população, sobretudo nas grandes cidades. Com efeito, o *ranking* do IVS coloca diversas capitais do país, que têm alta renda *per capita*, no topo da lista – com

maior vulnerabilidade social –, enquanto vários pequenos municípios aparecem com IVS relativamente baixo, embora com renda *per capita* inferior.

O boletim também traz ensaios sobre tópicos fundamentais para as políticas urbanas, como as de habitação, mobilidade urbana, redes de cidades e urbanização de favelas e assentamentos precários.

Por último, o mais importante. Agradecemos a todas e todos que contribuíram como autores, pareceristas e editores, ao longo desses quinze anos, para o projeto coletivo de elaboração do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* como meio de divulgação e debates de pesquisas da Dirur e seus parceiros. Nossa gratidão especial também aos que contribuíram para a publicação do boletim, como revisores, diagramadores e arte-finalistas, e a toda a equipe do Editorial Ipea, sem os quais este projeto não seria possível.

Como visto, nesta edição especial o boletim está de capa nova. Isso é para lembrar que debutar é apenas iniciar.

Segue o baile!

Editor@s